

A IGREJA E OS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA

Lília Inés Zanotti de MEDRANO*

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir para uma reflexão sobre a atuação da Igreja Católica junto à sociedade latino-americana em defesa dos direitos humanos, frente aos desafios colocados pela polarização ideológica que tomou conta do continente e que caracterizou o período que abrange as décadas de sessenta, setenta e até os meados dos oitenta, quando, o próprio conceito de direitos humanos é posto a prova na medida em que deve ser entendido na convergência das idéias dominantes nesse contexto: socialistas, liberais ou da doutrina social da Igreja. As tensões criadas por estas ideologias, opostas tanto em suas propostas de transformação social como de ação, assim como as respostas da Igreja a elas, serão analisadas à luz do Vaticano II e das Assembléias Gerais do Episcopado Latino-americano realizadas em Medellín e Puebla, especialmente em sua denúncia dos totalitarismos e na defesa da vida.

Palavras-chave: Igreja Católica, Direitos Humanos, Vaticano II

ABSTRACT

This research work analyses the role of the Catholic Church in Latin America in its defence of human rights in the face of the challenges posed by the ideological polarisation that dominated the continent in the 1960s, 1970s and first half of 1980, a period when the concept of human rights is threatened within the dominant context: the socialist and liberal ideas and the Church's social doctrine. The tension these opposing ideologies created, considering both their ideas and actions for social transformation as well as the response of the Church, will be analysed in the light of the Vatican II and the Latin American Episcopal Conference that took place in Medellin and Puebla, particularly as regards the denounce of totalitarianism and the protection of life.

Key-words: Catholic Church, Human Rights, Vatican II

Introdução

A busca de uma reconciliação da Igreja Católica com a modernidade, com seus problemas e com os “sinais

dos novos tempos” estão presentes desde o Concílio Vaticano II. Por outro lado, a opção preferencial pelos pobres, nasceu no âmbito da igreja latino-americana em Medellín (1968) e Puebla (1979) e teve também projeção universal. A igreja pretendia assim, se aproximar dos

* Professora da Faculdade de História da PUC-Campinas

problemas gerados pela pobreza e pela opressão em uma sociedade de estruturas injustas e de um povo marginalizado do progresso material e espiritual. A igreja se colocava desta forma, na defesa dos direitos universais do homem.

Contudo, é bom lembrar que o apelo à justiça e à solidariedade entre os homens está presente na mensagem bíblica e, se em sua longa história a Igreja nem sempre foi fiel à prática destes princípios, uma vez que permaneceu comprometida com as estruturas de poder, foi a partir da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931), *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963), *Populorum Progressio* (1967) e *Humanae Vitae* (1968), que a Igreja buscou expressar os princípios essenciais da doutrina social da Igreja e mostrou-se sensível aos problemas sociais e econômicos identificados principalmente aos abusos do liberalismo que, apoiado nas transformações técnicas voltava-se para o lucro e o individualismo. Ao adotar esta posição perante o liberalismo, sua doutrina, que tem a preocupação de justiça, fraternidade e paz social, também se opõe ao socialismo no que diz respeito à propriedade privada, que considera um direito natural do homem, e à luta de classes, que entende ser contrária à fraternidades entre os homens. Este pensamento, sucintamente expresso aqui, tem continuidade e coerência em outros contextos históricos e mostra o comprometimento da Igreja Católica em um mundo em constante transformação, particularmente voltada para os países subdesenvolvidos onde, os desequilíbrios e as injustiças sociais são mais gritantes.

A Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, após o Concílio Vaticano II expressa claramente a necessidade de levar a atenção da Doutrina Social da Igreja ao plano universal chamando a atenção para o desenvolvimento solidário da humanidade. Assim, a Igreja inspirada nos princípios cristãos pode atuar de forma autônoma em meio às teorias dominantes do século XIX, o liberalismo e o socialismo¹ e seguir um caminho mais próximo dos problemas que se discutiam em uma sociedade em processo de profundas transformações. Os direitos humanos e as injustiças sociais, entre outros passaram a estar no cerne de suas discussões e preocupações.

Entretanto, a problemática dos direitos humanos foi debatida em meio ao embate de diversas correntes de

pensamento, especialmente, do liberalismo, do socialismo e do cristianismo social² que, por certo, não constituem um campo consensual de discussão uma vez que possuem propostas e meios de transformação social que divergem, principalmente, em suas referências político-ideológicas. Nesse contexto, a igreja manifestou, a partir de Vaticano II, de Medellín e de Puebla, uma clara opção pelos pobres tendo como referência o conceito da doutrina social da Igreja, amadurecido, como vimos, desde o século anterior e no decorrer do século XX. Esta opção, entretanto, provocou tensões internas na Igreja e também desta com a sociedade, uma vez que entrava em conflito com valores político-ideológicos, sociais, éticos e culturais dessas sociedades e com o próprio estado nacional de cada país, razão pela qual, essas tensões e conflitos também adquiriram expressões particulares em função dos atores envolvidos e suas referências políticas, ideológicas e culturais, em cada país.

Assim, este trabalho pretende contribuir para uma reflexão sobre a atuação da Igreja Católica junto à sociedade latino-americana em defesa dos direitos humanos, frente aos desafios colocados pela polarização ideológica que tomou conta do continente e que caracterizou o período que abrange as décadas de sessenta, setenta e até os meados dos oitenta, quando, o próprio conceito de direitos humanos era posto a prova na medida em que devia ser entendido na convergência das idéias dominantes nesse contexto: socialistas, liberais ou da doutrina social da Igreja, para os católicos. As tensões criadas por estas ideologias, opostas tanto em suas propostas de transformação social como de ação, assim como as respostas da Igreja a elas, serão analisadas à luz do Vaticano II e das Assembléias Gerais do Episcopado Latino-americano realizadas em Medellín e Puebla, especialmente em sua denúncia dos totalitarismos e na defesa da vida.

Vaticano II, Medellín e Puebla

Eugênio Pacceli, o papa Pio XII faleceu em outubro de 1958. O conclave reunido para eleger o seu sucessor escolheu o cardeal Ângelo Roncalli, italiano de Veneza que adotou o nome de João XXIII. Tinha 77 anos e seu papado

¹ TOSI, Giuseppe. *História e Atualidade dos Direitos Humanos*, 2003. www.espdh.hpg.ig.com.br/texto 1, 4 de outubro de 2006, 20:24 hs., p. 2.

² TOSI, Giuseppe. *História e Atualidade dos Direitos Humanos*, op. cit., p. 3.

se estendeu até 1963, ano do seu falecimento, quando foi eleito papa Paulo VI³. Não há dúvidas de que o seu curto pontificado percorreu um período de tensões sociais e políticas, no mundo e, particularmente na América Latina. Nesse contexto, João XXIII deu início a uma reforma profunda da Igreja convocando um concílio ecumênico cuja missão seria a de promover mudanças em um mundo em transformação abrindo a Igreja Católica ao diálogo com o mundo moderno. O Concílio foi aberto a 11 de outubro de 1962, encerrou-se a 8 de dezembro de 1965 e teve importantes repercussões na igreja universal e, particularmente, no continente americano. Este concílio trazia como novidade a participação tradicional de padres conciliares europeus (33%), mas também latino-americanos (22%), dos Estados Unidos e do Canadá (13%)⁴.

Uma das principais consequências do Concílio Vaticano II foi em relação ao desenvolvimento de uma Teologia pós-conciliar. Assinala Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves que:

“A hermenêutica teológica proporcionou questionar a teologia apologética e dogmatizante, fundamentada e fechada em determinados conceitos irredutíveis às interrogações e às possibilidades de aperfeiçoamento de suas formas. A teologia passou a ser produzida a partir de um processo que pressupõe a tomada dos textos da Escritura e da tradição, levando em conta o estudo do contexto histórico, da filologia e de uma correta articulação entre letra e espírito, com a finalidade de compreender a Palavra de Deus na atualidade histórica”⁵

Dentro deste contexto podemos falar da Teoria da Libertação, que é tão latino-americana como a pobreza de seu povo. É justamente, a opção pelos pobres proclamada em Medellín, que levou à retomada do conceito de

“libertação”, um conceito bíblico agora retomado no contexto das lutas dos povos contra a opressão. Colocava-se, portanto, “uma reflexão teológica à serviço dos próprios pobres e uma contribuição para a Igreja universal”⁶.

O período de formação da teoria da libertação, segundo Paulo Sérgio Lopes Gonçalves foi entre os anos 1960 e 1970: “... essa teologia foi gestada no interior do próprio Vaticano II, do qual surgiu a necessária e útil intuição a respeito da produção teológica em contexto e relevância da historicidade em teologia”. O mesmo autor assinala que a seguir “surgiu a Teologia da Libertação na formulação de Gustavo Gutierrez, o qual aponta a necessidade de elaborar uma Teologia da Libertação capaz de teorizar a práxis histórica de libertação dos pobres”. Num segundo momento, nas décadas de 1980 e 1990, a Teologia da Libertação “...foi simultaneamente criticada e reconhecida em seu valor pela Congregação da Doutrina da Fé, bem como consolidada como uma teologia sistemática em potencial”⁷. Ainda, segundo Gonçalves⁸, “Ao manifestar-se como uma teologia original e constituída de uma identidade própria, a Teologia da Libertação apresenta três aspectos que denotam a sua eficácia: a relação da fé com a práxis dos oprimidos, a inserção do teólogo no mundo dos pobres, sua incidência no processo de transformação social”. Vemos, portanto, a contribuição de uma Igreja que tratava de viver, lado a lado, os problemas sociais e espirituais do povo latino-americano.

O Concílio, em sua fase pós-conciliar conviveu, no território latino-americano, com a vitória da Revolução Cubana, com a expansão da guerrilha como meio de luta armada e a repressão dos governos militares que se instalara pouco a pouco, no continente para reprimi-la. No contexto mundial, os conflitos estavam presentes na guerra de Vietnã, na Revolução Cultural Chinesa, na invasão de Praga, ao que podemos acrescentar conflitos operários urbanos e a mobilização dos estudantes universitários na

³ Efetivamente, após a morte de João XXIII, em 1963, foi eleito papa o Arcebispo de Milão Giovanni Battista Montini que escolheu o nome de Paulo VI. Embora com uma formação diferente do seu antecessor, Paulo VI anunciou a intenção de dar continuidade ao Concílio Vaticano II, reiniciando os trabalhos poucos meses depois e mantendo seus objetivos que podem ser assim esquematizados: a) a exposição da doutrina da natureza da Igreja; b) a reforma interna da Igreja; 3) a importância da unidade dos cristãos; 4) o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo; Ver: Ney de Souza. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: Paulo Sérgio Lopes Gonçalves Pe., Vera Ivanise Bombonato (orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, pp. 43-44.

⁴ CARRIQUIRY LECOUR, Guzmán M. *Uma aposta pela América Latina*. Memória e destino de um continente. São Paulo: PAULUS, 2004, p. 289.

⁵ GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes Pe. A teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências na emergência da Teologia da Libertação. In: *Concílio Vaticano II. Análise e Perspectivas*, São Paulo: Ed. Paulinas, 2004, p. 83.

⁶ CARRIQUIRY LECOUR, Guzmán M. *Uma aposta pela América Latina*, op. cit., pp. 304-305.

⁷ GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes Pe., op. cit., p. 87.

⁸ Ibid., p. 88.

França e México, em 1968, imperando a violência em todo lugar. Em um mundo dividido ideologicamente, a Igreja Católica e as Igrejas do mundo foram desafiadas a atuar em meio a um cenário político e social que revelava as necessidades e angústias dos povos, ao mesmo tempo em que renovadas esperanças buscavam os caminhos difíceis da libertação.

Nesse cenário de grandes tensões foi convocada pelo papa Paulo VI, em 1968, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, na Colômbia, onde, os bispos ali reunidos deviam avaliar o caminho da Igreja à luz do Concílio Vaticano II. Nesta Conferência ficou evidente, “a opção pelo homem americano, em sua totalidade,... o amor preferencial pelos pobres e o seu anseio por uma libertação integral dos homens e dos povos”⁹. É nesse contexto que na Conferência de Medellín se falou de uma Igreja dos pobres. Foi também em Medellín quando as Encíclicas *Populorum Progressio* (1967) e *Humanae Vitae* (1968), foram acolhidas pelo episcopado deste continente. A questão da pobreza, da violência e da marginalização material e espiritual dos povos latino-americanos tocou profundamente a Igreja que se tornou, assim, a tutora destes povos. Em Medellín, a Igreja latino-americana tomou consciência que devia construir um espaço preferencial nesta sociedade e tratou de enxergar os problemas com um olhar a partir dos países pobres. Se Vaticano II referia-se a uma Igreja no mundo e deu as grandes linhas de renovação da Igreja para o mundo, Medellín assinalou as pautas para uma transformação da Igreja em função de sua presença em um continente de miséria e de injustiça: o continente latino-americano.

O papa Paulo VI faleceu a 6 de agosto de 1978 e seu sucessor, o papa João Paulo I, um mês depois. Assim, João Paulo II, eleito papa nessas circunstâncias inesperadas conduziu os trabalhos que levariam à Puebla (México), a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Esta conferência, considerada a continuação de Medellín, enfatizou a opção pelos povos latino-americanos, pelos pobres, pelos desamparados, pelas mulheres, pelos índios e pelos afro-americanos. O reconhecimento das raízes históricas da pobreza e da miséria do povo americano, a aproximação

aos problemas mais atuais diante do mundo capitalista, do materialismo e do consumismo, obrigava à Igreja à denúncia das injustiças e à solidariedade com aqueles que lutavam pela justiça de um povo que sofria.

A opção da Igreja pelos pobres e o conceito de “libertação” ocorreu paralelamente aos movimentos sociais latino-americanos, que visavam mudanças estruturais da economia e da sociedade, cuja miséria e desigualdades sociais, ainda hoje, desafiam aos povos deste continente.¹⁰ Prova disso, é que não faltaram em Puebla, palavras de solidariedade aos sacerdotes que tinham assumido pessoalmente a defesa do povo oprimido, sofrendo perseguição e torturas. Um texto que é importante lembrar aqui mostra claramente o envolvimento da Igreja ou melhor, de alguns de seus membros, em reconhecer o desafio que significava enfrentar as injustiças sociais com a palavra do Evangelho. Trata-se de uma carta manuscrita dirigida a D. Oscar Romero, arcebispo de El Salvador e assinada pelos bispos latino-americanos, onde se solidarizavam com sua ação solidária e solitária junto ao povo salvadorenho.

“Sabemos que o Senhor colocou sobre teus ombros a carga pastoral da Arquidiocese do El Salvador no momento em que começava a hostilidade, uma verdadeira perseguição... Em meio a tudo isso, acusado e difamado juntamente com todos os que buscam caminhos de justiça tu te mantiveste firme, sabendo que deve-se obedecer antes a Deus, que aos homens...”¹¹.

Ainda, em solidariedade ao arcebispo de Manágua (Nicarágua) cardeal Miguel Obando Bravo, que esteve ausente em Puebla, os mesmos bispos dirigiram esta carta a D. Manuel Salazar, bispo de León que, segundo Dussel teria a intenção de apoiar o cardeal:

“Nestes dias de convivência aqui em Puebla, escutamos o clamor das angústias e esperanças do povo nicaraguense ... Recordamos ainda com profunda tristeza e santa ira a dor, as perseguições e a morte de tantos homens, mulheres, crianças e

⁹ João Paulo II. Homilia proferida na Basílica de N. S. de Guadalupe em 27 de janeiro de 1979. Apud. CARRIQUIRY LECOUR, Guzmán M. *Um apostado pela América Latina*. Memória e destino de um continente, op. cit., pp. 302.

¹⁰ DUSSEL, Enrique D. *Caminhos da Libertação Latino-americana*. Interpretação Histórico-teológica, Vol. I, São Paulo: Editora Paulinas, 1984, p. 122-123.

¹¹ Carta citada por DUSSEL, Enrique D., op. cit., p. 127.

jovens humildes e generosos, vítimas inocentes uns, oferendas pela justiça e pela liberdade todos... Mas, em meio a tão grande pena e indignação pela injustiça e a dor que vivem consola-nos ver vocês e, ao seu redor, a igreja da Nicarágua solidária com seu povo, como bons pastores que não abandonam suas ovelhas; vê-los denunciar com coragem profética os horrores infligidos a este mesmo povo, como fizeram Jesus e os profetas...”.

Esta carta foi assinada em Puebla no dia 10 de janeiro de 1979¹².

Observamos que crescia, na América Latina, a consciência do compromisso cristão com as desigualdades sociais, num continente de profundas injustiças sociais. Em tempos em que a Revolução Cubana mostrava o caminho revolucionário como uma forma de transformar as estruturas sócio-econômicas e quando a adesão ideológica ao socialismo de jovens e intelectuais universitários projetava sua influência na sociedade, a aproximação entre marxistas e católicos parecia oferecer ao mundo a possibilidade de uma transformação radical e a solução aos problemas que a América Latina enfrentava.

João Paulo II levou para a América Latina sua mensagem missionária em momentos difíceis, quando as ditaduras, presentes em quase todos os países do continente adotaram uma violência nunca antes conhecida, para acabar com a chamada subversão que se concretizava em forma de guerrilha rural e urbana. As visitas do papa ao México, Brasil, Chile, Argentina, Haiti, aos países da América Central e a Cuba aproximou Igreja e povo latino-americano e levou seu encorajamento a uma crítica aos regimes totalitários, mas também condenava todas as formas de violência, tanto a guerrilha, como terrorismo de estado, uma vez que ambos caminhos feriam os “direitos humanos e dos povos”.

Entretanto, frente a esta situação a Igreja estava dividida e a sociedade latino-americana também. Não existia consenso entre a hierarquia da Igreja Católica e os grupos que aderiram à Teoria da Libertação, por exemplo ou àqueles

que defendiam a guerra de guerrilhas como meio de transformação social. Na sociedade civil, tampouco havia consenso entre civis e militares, entre católicos e católicos, entre católicos e não católicos em relação aos meios e caminhos a seguir. Por outro lado, os problemas econômicos e político-ideológicos enfrentados na América Central ou no México não eram os mesmos aos enfrentados na América do Sul e, dentro desta, o Cone Sul contrastava com a Bolívia, o Peru ou Equador.

Desta forma, como defender os direitos humanos se o próprio conceito devia ser entendido em meio a ideologias socialistas, liberais ou à luz da doutrina social da Igreja? Eram ideologias opostas, tanto em suas propostas de transformação social como de ação: guerrilha? violência de Estado? persuasão? Não era apenas uma divisão entre católicos progressistas e conservadores, entre marxistas e liberais, entre católicos e marxistas, mas uma situação muito mais complexa de uma sociedade heterogênea, que se debatia em encontrar caminhos para resolver problemas sociais de profundas raízes históricas.

Um continente em luta

América Latina é um continente que se caracteriza pela diversidade étnica e cultural: é um mosaico de culturas - cultura entendido no mais amplo sentido antropológico. É um continente onde, respeitando as variáveis nacionais e regionais, não tem constituído, ao longo de sua história, classes sociais bem definidas em função do fraco desenvolvimento capitalista, que também varia de país a país¹³. Por exemplo, a sociedade dos anos sessenta e setenta estava constituída por camponeses sem terra, burgueses que tinham acumulado suas fortunas no comércio ou grandes proprietários de terra que dividiam o poder político com a burguesia, assim como havia uma classe média embora mais ampla, nos países e regiões do Cone Sul, que estava presente em todo o continente¹⁴. A isto, devemos acrescentar que as categorias de trabalhadores que viviam no campo ou nas cidades eram também variadas; havia trabalhadores assalariados amparados por leis trabalhistas, particularmente na Argentina, Uruguai, Brasil e México, e

¹² Assinaram esta carta os bispos: Santiago Benitez, Cândido Padini, Hélder Câmara, Fernando Ariztía, Ovidio Pérez, Gerardo Flores, Paulo Evaristo Arns, Moacyr Grechi, Jorge Manrique, Manuel Talamás, Adriano Hipólito, Luciano Metzinger, Luis Barbarén, Leónidas Proaño, Carlos Palmes, Luis Patino, entre outros. Citado por DUSSEL, Enrique D. op. cit. p. 127.

¹³ BRUIT, Héctor Hernán. *Revoluções na América Latina: que são as revoluções?* México, e Bolívia, Cuba e Nicarágua. São Paulo: Atual, 1988, pp 9-10.

¹⁴ Ibid., p. 11.

outros tipos de assalariados, semi-assalariados ou trabalhando em situações próximas da escravidão em todo o continente.

Todavia, as décadas de 60 e 70 foram explosivas em todo o continente. O campo e a cidade eram naquela época duas caras da mesma moeda. A miséria social caracterizada pela fome, o abandono da saúde, da habitação e da educação, a falta de respeito aos direitos fundamentais do ser humano e as injustiças, foram fatores que, entre outros, criaram as condições para as explosões sociais dessas décadas. Por exemplo, a questão da terra estava estreitamente relacionada, na maioria dos países, à mão-de-obra indígena e à população camponesa mestiça. Num continente onde a pobreza é estrutural, a distribuição da população e da riqueza era o reflexo das estruturas econômicas obsoletas, herdadas dos tempos coloniais, mas também porque, associados a esta estrutura agrária e agropecuária, perpetuavam-se, a organização social, as tradições culturais e as estruturas de poder, cujas raízes estavam nas formas de posse da terra. Na região da América Andina e na Mesoamérica, nas partes altas ou nos vales andinos o sistema da terra girava em torno da grande propriedade, onde, a subordinação no trabalho provocou distanciamentos profundos entre camponeses, índios e proprietários provocando o empobrecimento constante e a marginalização cada vez mais aguda dos índios e dos mestiços¹⁵.

No Cone Sul, especialmente Argentina, Uruguai e Brasil, cultural e lingüisticamente falando de características européias reforçadas pelas imigrações que chegaram nos séculos XIX e XX, a economia era menos dependente do campo e a população era, em sua maioria, urbana, com exceção de algumas regiões do Brasil. Nesses países não houve uma Reforma Agrária e as atenções estavam voltadas para os operários urbanos e as classes médias urbanas. Todavia, entre outras mudanças que se perfilavam a partir da década de 50, o fenômeno urbano e demográfico abrangeu todo o continente quando, na maioria dos países começou a formar-se a nova burguesia industrial urbana e as classes médias urbanas eram particularmente visíveis nas cidades capitais.

Com as migrações de camponeses pobres para as cidades teve início nessa época, um processo de crescimento demográfico sem precedentes, no campo e nas cidades¹⁶. A pressão demográfica sobre a terra e os recursos naturais estava se transformando em uma verdadeira bomba que poderia explodir a qualquer momento e os movimentos camponeses multiplicaram-se nos anos sessenta, quando, muitos deles adotaram as estratégias da guerra de guerrilhas, como foi o caso de Cuba, Guatemala, Colômbia, Bolívia, El Salvador, Peru, Equador e a Nicarágua. A resposta dos aparelhos repressores dos governos totalitários foi a de desencadear uma série de violentas repressões que atingiram principalmente as comunidades camponesas, em sua maioria, indígenas e mestiças deixando suas terras arrasadas. Isto provocou o deslocamento da população camponesa, num processo gradativo que se deu principalmente, na América Central e no altiplano andino. Entre as décadas de 70 e 80 as violações aos direitos humanos foram constantes. Foi então, quando teve início um êxodo rural de grandes proporções, um dos acontecimentos mais significativos na história da América Latina pelas transformações provocadas. Este movimento massivo, a partir da década de 50, provocou o deslocamento de milhares de pessoas, famílias, comunidades e até de povos inteiros, que do interior marchavam para as cidades. Fugiam da miséria, da violência e da repressão política indiscriminada. Procuravam paz e refugio nas cidades...

Foi por essa época que vimos crescer desordenadamente as cidades do nosso continente e diminuir, em algumas regiões, a população do campo. Até os anos 70, o crescimento dos principais centros urbanos foi espetacular e adquiriram nova fisionomia. Seus novos habitantes iam se agrupando em “bairros” onde tratavam de manter seus laços familiares reforçando a identidade coletiva. Nasceram os assentamentos espontâneos, com casinhas construídas de forma desorganizada e sem controle, com materiais descartáveis. As favelas, as *barriadas*, os *ranchos*, as *villas miséria*, como eram chamadas, não tinham água, luz, transportes, escolas, hospitais, etc. E, o problema maior era que essas pessoas não encontravam fácil inserção na estrutura ocupacional da cidade. A categoria “marginal” passou a ser parte permanente da estrutura urbana até os nossos dias¹⁷.

¹⁵ STAVENHAGEN, Rodolfo. A la sombra del desarrollo: campesinos e indígenas en la crisis. In: REYNA, José Luis (Comp.) *América Latina a fines de siglo*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1995, pp. 310-311.

¹⁶ STAVENHAGEN, Rodolfo. A la sombra del desarrollo: campesinos e indígenas en la crisis, op. Cit, pp. 326-327.

¹⁷ Ibid., pp. 330-331.

Esta mobilidade da população e do trabalho camponês, também teve seu lado perverso nas regiões fronteiriças amazônicas da Colômbia onde, o transporte de coca procedente da Bolívia envolveu uma população camponesa pobre e indefesa e transformou uma região afastada, geograficamente falando, do mundo urbano, em outra área de contrastes: o dos prósperos assentamentos de fabricantes e traficantes de drogas com os dos pobres camponeses, que mais uma vez ficam subordinados a uma situação da qual dificilmente sairiam com vida¹⁸. Os anos 70 caracterizaram-se também pela emigração forçada, os exilados e refugiados políticos, perseguidos pelas ferrenhas ditaduras latino-americanas, quando argentinos, uruguaios, chilenos, paraguaios ou brasileiros viram-se obrigados a abandonar seus lares nesses anos de repressão e perseguições. Os problemas apresentados anunciavam a crise da velha ordem liberal que se havia iniciado cem anos antes e, como vimos, se fez sentir em todo o continente.

Uma Igreja em ação

Nesse contexto, não é de se estranhar que uma parte da Igreja latino-americana, após as mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II fizesse uma leitura particular das propostas e, em 1967, os Bispos do Terceiro Mundo, liderados pelo brasileiro Hélder Câmara declarassem a opção prioritária pelos pobres e seu compromisso com a reforma social. Esta tendência foi parcialmente legitimada, como vimos, em Medellín (1968) na reunião da III Conferência Episcopal Latino-americana. A partir daí a Teologia da Libertação iniciou um caminho de denúncia e de ação. O Padre Camilo Torres, colombiano, tinha seguido esse caminho e, como guerrilheiro perdeu a vida, em 1966. A Igreja Católica, tradicionalmente conservadora, iniciou sua atuação por meio das comunidades de base, organização de cooperativas e diversas formas de associação popular, especialmente em países pobres e de população camponesa, como no El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Sua atuação foi facilitada porque a Igreja era vista como uma instituição livre de qualquer suspeita e porque, em quase todos os casos

apresentou suas iniciativas sociais como uma alternativa cristã à ameaça comunista.¹⁹

Na Argentina, também um grupo de religiosos reuniu-se, a partir de 1968, no Movimento de Sacerdotes do Terceiro Mundo. Agrupados junto a eles, muitos católicos participaram em organizações solidárias nas vilas de emergência ou *villas miséria*, e incentivaram os protestos e as greves entre os moradores. Porém, pouco a pouco, essa linguagem pastoral foi se transformando em linguagem política justificando a violência - e a guerrilha - como um meio de transformação social. Muitos jovens educados em tradicionais colégios religiosos foram incorporados a estes movimentos, também atraídos pelo peronismo, então comandado por Perón desde o exílio, que se mostrou permeável a vários discursos, inclusive o do catolicismo²⁰. Desta forma, os discursos que mesclavam elementos do marxismo, do nacionalismo e do catolicismo terceiro-mundista dividiram a sociedade Argentina em dois campos realmente opostos. Esta rígida divisão teve consequências dramáticas durante o governo militar instaurado em 1976.

Também neste quadro heterogêneo, a Igreja teve atuações adequadas às realidades históricas de cada país e em, particular, em suas tradicionais relações com o Estado nacional. Por exemplo, também no Brasil, a Igreja Católica estava internamente dividida. Particularmente, a partir do regime militar instaurado em 1964, considerado um marco político e econômico no país, a Igreja Católica e os católicos exerceram efetivamente, um papel de oposição à ditadura militar e especialmente aos métodos repressores adotados: perseguições, torturas, desaparecimento de pessoas. Neste contexto, a ala da Igreja chamada progressista atuou como guardiã e defensora dos direitos humanos, em favor da democracia e da liberdade de expressão. Alguns movimentos iniciados em Natal, no nordeste mostram esse perfil como, por exemplo, as ligas camponesas de Francisco Julião e o Movimento pela Educação de Base (MEB). Entretanto, as palavras finais proferidas pelo então bispo de Olinda, Recife, D. Hélder Câmara, no momento de sua entrada na Diocese, refletem a postura cristã, muitas vezes confundida frente a essas manifestações e ao momento que se vivia no Brasil e na América Latina:

¹⁸ HOBBSBAWM. *A Era dos Extremos*. op. cit., p. 430.

¹⁹ BRIGNOLI, Héctor Perez. *América Central: Da colônia à crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 72-73.

²⁰ ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica (FCE), 2005, pp. 178-179.

“Não é justo supor que, porque lutamos contra o comunismo ateu, defendamos o capitalismo liberal, e não é lícito concluir que somos comunistas porque criticamos com coragem cristã uma posição egoísta do liberalismo econômico”.²¹

A repressão de sacerdotes e leigos católicos foi crescendo, a Igreja foi considerada subversiva e a esta altura foi necessário escolher entre a resistência à repressão e a aproximação para o diálogo. Foi assim que, o outro lado da moeda mostrou também que a Igreja Católica, por meio de suas correntes conservadoras, assim chamadas por não terem sido favoráveis às diretrizes pastorais pós-conciliares mostrou-se disposta a usar outros meios para se aproximar do novo governo militar na defesa dos direitos humanos. O historiador Kenneth P. Serbin²² reconstitui aspectos pouco conhecidos das relações entre Igreja e governo militar quando, numa tentativa de aproximação e diálogo criou-se a chamada Comissão Bipartite integrada por membros da alta hierarquia católica e militar, cujo objetivo era discutir e encontrar soluções aos conflitos surgidos entre ambas instituições: a Igreja e as Forças Armadas, estas já no poder. Certamente, disse o autor, “os direitos humanos passaram a ser a razão principal que compeliu os bispos a participarem da Bipartite”.²³ Efetivamente, a defesa dos direitos humanos era um dos compromissos da Igreja pós-concílio Vaticano II e por tal motivo, era necessário agir por meio de diversos canais para enfrentar o autoritarismo e seus métodos, que feriam de forma direta, os direitos do homem. O autor revela que não é possível, saber até que ponto, a Bipartite evitou males maiores na repressão, todavia considera que permitiu aos bispos se manifestarem livremente sobre os direitos humanos em meio aos abusos do governo e ajudou à Igreja a se fortalecer moralmente, frente ao exército.

Observamos, então a existência de uma diversidade de vozes e de estratégias às vezes desencontradas, que a Igreja utilizou em sua luta pelo respeito aos direitos humanos. Entretanto também ficam evidentes os limites interpretativos das categorias “progressistas” e “conservadoras” na instituição católica. Isto, pode se estender a América Latina quando avaliamos a atuação da

Igreja Católica rigidamente fragmentada em “progressistas” e “conservadores” ignorando que a multiplicidade de ações e atitudes frente às violações dos direitos humanos emanam de diferentes olhares e interpretações. Citando novamente Serbin²⁴,

“O debate sobre justiça social e subversão evidencia as similaridades e as diferenças entre as duas instituições. Eles admiram reciprocamente sua hierarquia e a ênfase na disciplina. Ambas queriam poder... Mas no fim, não puderam concordar com uma visão comum. Os bispos queriam um sistema mais justo, democrático e igualitário no qual continuariam, de qualquer maneira, a ter um papel importante como juizes morais. Os generais concebiam uma democracia limitada, autoritária, a qual continuariam a proteger, ao aniquilar a subversão. Outro exemplo de mudança da visão dizia respeito ao patriotismo. Esse era um assunto particularmente complexo devido à composição nacional das Forças Armadas e à composição transnacional da Igreja. Patriotismo para os militares significava apoio inquestionável ao governo, em casa e no exterior. Para os bispos, significava aplicar a doutrina social da Igreja a qual era determinada internacionalmente. Competição e conflito resultavam dessas duas posições em evolução”.

Também na Argentina, o avanço da guerrilha urbana na década de 1960 e a violenta repressão que teve lugar a partir de 1975 mostraram um quadro complexo e contraditório. Por um lado, a guerrilha representada pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP) de orientação marxista-leninista e pelos Montoneros, grupo de esquerda que tinha um perfil mais moderado e se identificava com a esquerda peronista. Por outro lado, a Aliança Anticomunista Argentina (AAA) ou as “três A” organizada em 1975, durante o governo de Isabel Martínez de Perón, e que se prolongou durante o regime totalitário comandado pelos militares, que polarizaram ideologicamente a sociedade Argentina.

²¹ Citado por Enrique DUSSEL em *Caminhos da Libertação Latino-americana*, op. cit., p. 85.

²² SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 431.

²³ Ibid., p. 432.

²⁴ Ibid., p. 438.

As Forças Armadas contaram, inicialmente, com o respaldo da hierarquia católica Argentina para a luta anti-subversiva. Esta adesão se explica, em parte, porque o exército contou com os vigários castrenses que acompanharam de perto, e de dentro do exército, o avanço da doutrina de segurança nacional e atuaram junto aos chefes que, mais tarde se envolveriam diretamente, no combate às atividades guerrilheiras. Neste contexto, e ainda nos anos que precederam ao golpe militar de março de 1976, as expressões moderadas e as chamadas progressistas dentro da Igreja foram pouco a pouco marginalizadas.²⁵ Os grupos progressistas representavam um 10% dos sacerdotes, entre os que não pertenciam à alta hierarquia. A contribuição de alguns meios de divulgação, como por exemplo, a Revista *Críterio*²⁶ que chegava aos seminários e aos laicos divulgando a renovação proposta pela Igreja parece ter sido determinante para o aumento do grupo progressista que desafiava à alta hierarquia católica.²⁷ Por outro lado é possível observar uma aproximação da juventude da Ação Católica ao peronismo, ao socialismo e ao marxismo levando a um enfraquecimento da autoridade da hierarquia da igreja. Nessa época, e tal vez pelos motivos apontados houve manifestações de sacerdotes e seminaristas a favor das mudanças.

Estes acontecimentos mostravam o envolvimento de uma ala da Igreja argentina na política do país, o que criou uma situação tensa no interior da Igreja que, por outro lado, passou a refletir os conflitos da própria política nacional. Em relação aos reformistas ou progressistas acentuou-se seu radicalismo levando a um maior isolamento dos padres que advogavam em favor dos pobres. Muitos sacerdotes reformistas foram obrigados a sair do país e a silenciar suas opções por uma sociedade cristã mais justa, sem que a hierarquia eclesiástica levantasse a voz em sua defesa²⁸. Isto porque, a hierarquia católica tinha presente a “permeabilidade” de uma ala da igreja aos grupos subversivos considerados uma ameaça à sociedade Argentina por praticarem ideologias estranhas ao país e à

nacionalidade. Por exemplo, muitos integrantes do grupo guerrilheiro Montoneros tinham sido recrutados entre a juventude católica.

Entretanto, a pesar da repressão e da inflexibilidade da hierarquia católica, durante o governo militar funcionaram duas organizações que lutavam pelos direitos humanos: a Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH) e o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos integrado por clérigos protestantes. Nestas duas organizações tiveram destacada atuação alguns padres que denunciavam as desapareições e as torturas ocorridas entre 1976 e 1977 sem envolver oficialmente a Igreja. Tudo isto não era mais do que um lado da moeda, já que a hierarquia católica continuava a justificar a luta contra a subversão mostrando, na divisão interna da Igreja, a própria ambigüidade da situação entre os clérigos e a sociedade civil.

O Vaticano, até certo ponto, e nos primeiros tempos via com bons olhos a atuação dos militares argentinos no combate às ideologias de esquerda, entretanto, a situação alarmante que ia tomando a violenta repressão contra a sociedade civil e contra os sacerdotes levou ao Vaticano a adotar uma postura mais crítica. Embora considerasse o regime militar argentino como “católico”, o papa não podia aceitar os atos de violência cometidos nem a arbitrariedade no julgamento de padres e do povo, em geral. Por outro lado, o núncio apostólico monsenhor Laghi, que tinha sido enviado para acompanhar de perto a violação dos direitos humanos, tinha recolhido mais de mil denúncias de torturas e desaparecimentos e constatado que muitos padres se “negavam” a absolver, nos confessionários, atos desta espécie que iam contra os direitos humanos. A Conferência Episcopal Argentina também se manifestou por meio de cartas enviadas ao general Videla, porém, com muito pouco êxito fato que tampouco foi divulgado mantendo-se em sigilo as tensões entre exército e igreja. Mesmo nesse contexto, a hierarquia eclesiástica local não abandonou o apóio ao regime militar, até porque reconhecia que exército e igreja tinham uma trajetória em comum que não podia ser

²⁵ Em parte, esta situação, como vimos, teve uma íntima relação com a renovação da igreja, a partir do Vaticano II, desde 1962, mas também com a organização de sacerdotes do Terceiro Mundo, em 1967 e com a reunião do Conselho Episcopal Argentino, em 1968. Ver: NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *La Dictadura Militar 1976-1983. Del Golpe de Estado a la Restauración Democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 94.

²⁶ A Revista *Críterio* criada em 1928 publica artigos sobre aspectos culturais, políticos, sociais e religiosos da Argentina e do mundo. Foi seu primeiro diretor Atilio Dell'Oro Maini (1928-1929). Na época de referência, a Revista divulgava amplamente as reformas promovidas pelo Vaticano II alimentando o movimento terceiro-mundista, na Argentina.

²⁷ DI STEFANO, Roberto, ZANATTA, Loris. *Historia de la Iglesia Argentina*. Desde la conquista hasta los fines del siglo XX, Buenos Aires: Mandori, 2000. Apud: NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. Op. cit. p. 94.

²⁸ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente, op. cit., p. 96.

sacrificada em virtude de alguns erros cometidos. Todavia, um consenso foi tomando conta da Igreja sobre a necessidade de se aproximar da doutrina social da igreja como uma forma de dar respostas cristãs aos problemas sociais argentinos, em concordância com as orientações emanadas do Conselho Episcopal Latino-americano, reunido em Puebla em 1979.²⁹

Do outro lado do continente, na empobrecida América Central, a revolução parecia ser o único caminho para alcançar o desenvolvimento econômico e a igualdade social. Na Nicarágua, os anos sessenta também foram de renovação desde o Concílio Vaticano II. Entretanto, esses novos ares da igreja contrastavam com um país que passava por uma aguda crise política provocada pela longa ditadura da família Somoza, as lutas estudantis urbanas e a pobreza da população, em sua maioria, camponeses despojados de suas terras. Estes fatores deram impulso à formação da frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e sua prática de guerrilha.

Como em quase todos os países, a igreja nicaragüense tinha um papel destacado no ensino universitário – jesuítas criaram a *Universidad Centroamericana* – e sobre tudo, no ensino destinado a crianças e adolescentes, o que significava que estes religiosos e religiosas tinham ao seu cargo o ensino das elites do país. Desta maneira, havia um distanciamento entre a Igreja e as camadas mais pobres, não apenas no aspecto educacional, mas também espiritual. Em 1952, quando ocorreu o terremoto que devastou grande parte de Manágua e outras cidades do país, a guerrilha e a miséria que se aprofundou sobremaneira, levaram a um maior descontentamento por parte de segmentos da população e à atuação dos militares, que mais uma vez implementaram uma violenta repressão. A sociedade fragmentou-se em grupos irreconciliáveis. Em todos eles, havia católicos cientes da grave situação e da extrema pobreza que vivia o país militando nas fileiras dos que optaram por uma proposta cristã para a sociedade nicaragüense³⁰.

A renovação proposta pelo Vaticano II tinha começado a dar resultados positivos. Espaços de discussão

e de ação foram surgindo e com a participação de religiosas, religiosos e leigos iniciaram um trabalho pastoral nos bairros mais pobres da capital - Manágua – com a intenção de levar a eles, a conscientização sobre seus direitos à luz da doutrina cristã. Como em outros lugares da América Latina e do mundo, as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) passaram a cumprir com o papel político e social de incentivo à participação dos leigos. Entretanto, esta não foi uma transição pacífica e, em pouco tempo, as tensões se traduziram em conflitos entre os grupos sociais e o interior da igreja³¹. A igreja já se havia declarado anti-somozista, no início da década de 1970. A participação de católicos pertencentes a diversos grupos sociais foi crescendo nessa década. Estudantes, profissionais, religiosas, religiosos, não pouparam esforços no trabalho junto às comunidades pobres dos bairros periféricos da capital e outras cidades menores do interior. Assim foram as ligas camponesas, as CEBs e os grupos de estudantes católicos que estabeleceram os primeiros vínculos entre a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e os católicos. Também surgiram elementos radicais junto às igrejas protestantes que, como a Igreja de Moravia, predominante no lado ocidental do país, manteve tradicionalmente, distanciamento da política. Muitos jovens se juntaram ao FSLN e colaboraram com os perseguidos e refugiados³².

Por outro lado, a guerrilha tinha triunfado e o FSLN chegou ao poder em 1979 acabando com a ditadura de Anastasio Somoza, último membro da dinastia somozista a governar o país, que se exilou nos Estados Unidos. A tomada do poder pelos sandinistas, inicialmente teve a aprovação das instituições religiosas e até das instituições de solidariedade internacional, porém, logo apareceram as divisões internas na Igreja e entre os próprios católicos. O Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) e o Vaticano manifestaram-se contra o novo governo à medida que apareceram as contradições entre os sandinistas e o modelo cristão de transformação social. Neste contexto, o papa João Paulo II, que visitou a Nicarágua em 1984 nomeou cardeal a

²⁹ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente, op. cit., pp 106.

³⁰ ARAGÓN, Rafael. Una visión histórica-pastoral de la Iglesia Católica en Nicaragua. *ADITAL*, 31 de outubro de 2003. Internet: 2 de novembro de 2006, 18:45 Hs. – redaccion@argenpress.info.

³¹ Uma das vítimas destas tensões foi o padre Gaspar Garcia Laviana, sacerdote espanhol que morreu em combate, em 1978, nas fileiras da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), onde foi comandante da organização.

³² FRESTON, Paul. *Cuba e Nicaragua*. Uma análise dos processos revolucionários. São Paulo: ABU Editora, pp. 120-121.

monsenhor Obando levando a um progressivo retrocesso para um clericalismo pré-conciliar³³.

Também em Cuba, algumas diferenças podem ser apontadas em relação à Nicarágua e outros países da América Latina. A Igreja Católica, em sua trajetória pré-revolucionária não tinha uma ligação muito estreita com o poder político. Sua missão passava longe do povo e estando mais vinculada ao ensino particular teve apenas influência entre os setores médios e altos da população cubana. Em parte foi alheia à cultura cubana, uma vez que a maioria dos sacerdotes era espanhola e compartilhava, junto às igrejas protestantes de influência norte-americana, o perfil “estrangeiro” que a caracterizava. Esta situação, entretanto, não impediu que muitos católicos participassem do movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro contra a ditadura de Fulgêncio Batista. Todavia, as medidas tomadas pelo governo revolucionário após assumir o poder produziram certo descontentamento e, em 1960, quando se deu a ruptura oficial entre o Estado e a Igreja Católica muitos católicos, entre eles muitos sacerdotes, viram-se obrigados a saírem do país. A isto, somou-se a estatização do ensino particular, em sua maioria religioso, o que acabou com a deportação de cento e trinta e cinco sacerdotes.³⁴

Entretanto, se por um lado, o governo não se manifestava contra a liberdade de consciência, por outro, deixava claro o desejo de eliminar a religião de todos os setores, onde o governo revolucionário o considerasse necessário. Ao que tudo indica, não houve perseguição declarada aos católicos. Os que sofreram mais a repressão foram os Testemunhos de Jeová e os Adventistas do Sétimo Dia, que eram identificados com o imperialismo dos Estados Unidos. Entretanto, a Igreja ficou enfraquecida com a saída de tantos religiosos e não se manifestou em assuntos de política, por muitos anos. Após o Vaticano II, as coisas começaram a mudar vagarosamente, em parte pela renovação proposta e a opção pelos pobres como também pela presença do bispo D. Sacchi, o qual, com experiência nos países socialistas adotou uma postura mais conciliadora, até o ponto de que em abril de 1959, o próprio

episcopado se manifestou contra o bloqueio econômico pelo sofrimento que impôs ao povo cubano. Mesmo assim, o caminho da Igreja em Cuba foi difícil e apenas teve um momento de relaxamento em suas relações com o estado, após a vista do papa João Paulo II, em 1999.

Finalmente, seria impossível deixar de lembrar a história de monsenhor Oscar Arnulfo Romero, cuja atuação como bispo e mais tarde, em 1977, como arcebispo do El Salvador foi uma das figuras mais comprometidas com o seu povo. Se inicialmente, Oscar A. Romero se mostrou moderado, mais tarde denunciou vivamente a violência de Estado contra civis e também a miséria em que vivia a população, em sua maioria de camponeses mestiços e índios. Calcula-se que entre janeiro e março de 1980 foram assassinadas mais de novecentas pessoas pelas forças de segurança, que eram unidades armadas e grupos paramilitares sob o controle militar³⁵. O presidente norte-americano Jimmy Carter colaborava com o governo de El Salvador no combate à subversão promovendo a violência e enfrentando grupos em desigualdade defensiva. Monsenhor Romero pediu a Carter para não enviar armas e evitar, assim uma violência maior, porém o presidente recusou o pedido. A esta situação se somaram suas numerosas ajudas aos pobres e miseráveis do país o que levou a pagar com sua vida: foi assassinado pelas forças do governo.

Considerações finais

As décadas pós-conciliares da Igreja na América Latina foram, também de grande mobilização social e política. Intelectuais, estudantes, trabalhadores urbanos e camponeses, sacerdotes, bispos, militares, entre outros, eram vozes múltiplas e heterogêneas que expressavam a complexidade desse momento, porém, que pareciam ganhar unidade num continente que se revelava contra a pobreza e a submissão. Entretanto, essa unidade era apenas aparente, porque se por um lado, havia um consenso

³³ Os bispos elaboraram uma Carta Pastoral em 1979, onde expressam seu otimismo com os acontecimentos. Entretanto, um ano depois, a hierarquia católica pediu a renúncia dos nove sacerdotes que integrava o governo: *“Esta é uma hora propícia para que façamos real a opção eclesial pelos pobres...Devemos lembrar, no entanto, que nenhuma realização histórica revolucionária tem a capacidade de esgotar as possibilidades infinitas da justiça e da solidariedade absoluta do Reino de Deus... Devemos afirmar que nosso compromisso com o processo revolucionário não pode significar ingenuidade nem entusiasmo cego, muito menos a criação de um novo ídolo frente ao qual temos que curvar-nos inquestionavelmente”*. In: FRESTON, Paul. op. cit. p. 121.

³⁴ FRESTON, Paul. Op. cit., p. 56.

³⁵ Monseñor Romero. Apunte Biográfico. El Salvador: *Taller Digital*. Internet: 19 de outubro de 2007, 18:58. http://www.cervantesvirtual.com/bib_autor/romero/mapa.shtml

quanto à existência dos problemas, não o havia em relação aos caminhos a serem seguidos para resolvê-los.

Na América Latina, a meta era alcançar o desenvolvimento e o bem-estar do povo. Para atingi-los havia caminhos diferentes: para uns era a experiência capitalista e para outros, a revolução e o socialismo. A Igreja também fazia sua leitura do quadro social e político do continente à luz dos ensinamentos do Vaticano II, de Medellín e de Puebla. Entretanto, dividida internamente, não teve oportunidade de levar à prática sua doutrina social cristã como uma forma de responder aos apelos de uma sociedade que vivia os problemas provocados pelo esgotamento de um sistema secular e clamava por soluções que levassem a tranquilidade para a sofrida população. Houve atuações solidárias e muitas vezes solitárias de membros do clero ou de leigos comprometidos em ações concretas junto aos perseguidos políticos ou ao povo miserável, na defesa dos direitos humanos ou na condenação da violência. Também houve omissões. Mas o que estava no cerne da questão era o próprio conceito de religião católica e sua relação com o capitalismo e com o marxismo que obrigava a fazer leituras diferenciadas não apenas do contexto histórico, mas também na avaliação de ações concretas que tinham, em suas referências político-ideológicas, as respostas para a transformação social e para a defesa dos direitos humanos.

Bibliografia

ARAGÓN, Rafael. Uma visión histórica-pastoral de la Iglesia Católica em Nicaragua. *ADITAL*, 31 de outubro de 2003. Internet: 2 de novembro de 2006, 18:45 Hs. redaccion@argenpress.info

BRIGNOLI, Héctor Perez. *América Central: Da colônia à crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARRIQUIRY LECOUR, Guzmán M. *Uma aposta pela América Latina*. Memória e destino de um continente. São Paulo: PAULUS, 2004.

DI STEFANO, Roberto, ZANATTA, Loris. *Historia de la Iglesia Argentina*. Desde la conquista hasta los fines del siglo XX, Buenos Aires: Mandori, 2000.

DUSSEL, Enrique D. *Caminhos da Libertação Latino-americana*. Interpretação Histórico-teológica, Vol. I, São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

FRESTON, Paul. *Cuba e Nicarágua*. Uma análise dos processos revolucionários. São Paulo: ABU Editora, 1985.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lópes Pe. A teologia do Concílio Vaticano II e suas conseqüências na emergência da Teologia da Libertação. In: *Concílio Vaticano II*. Análise e Prospectivas, São Paulo: Ed. Paulinas, 2004.

IRRAZÁBAL, Gustavo. Opción por los pobres y desarrollo. In: *Revista Criterio*, no. 2330, Set./ 2007, año 80.

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *La Dictadura Militar 1976-1983*. Del Golpe de Estado a la Restauración Democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.

Monseñor Romero. Apunte Biográfico. El Salvador: *Taller Digital*. Internet: 19 de outubro de 2007, 18:58. http://www.cervantesvirtual.com/bib_autor/romero/mapa.shtml

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia Contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura econômica (FCE), 2005.

STAVENHAGEN, Rodolfo. A la sombra del desarrollo: campesinos e indígenas en la crisis. In: REYNA, José Luis (Comp.) *América Latina a fines de siglo*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1995.

TOSI, Giuseppe. *História e Atualidade dos Direitos Humanos*, 2003. [www.espdh.hpg.ig.com.br/texto 1](http://www.espdh.hpg.ig.com.br/texto1), 4 de outubro de 2006, 20:24 hs.